



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

**A “Herança Maldita” das famílias pobres  
um olhar crítico**

Nome: Pâmela Rocha

Rio de janeiro, Março de 2015

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
CFCH- Escola de Serviço Social  
Praia Vermelha

**A “Herança Maldita” das famílias pobres  
um olhar crítico**

Monografia realizada como  
requisito parcial para conclusão  
de curso em Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio de  
Janeiro

Nome: Pâmela Rocha

Orientadora: Joana Garcia

Rio de Janeiro, Março de 2015

À minha orientadora Joana Garcia,  
*pois “só Jesus na causa para me aturar”.*

#### Agradecimentos:

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me abençoado com uma família maravilhosa, à minha mãe e rainha, Regina, por ser a minha melhor amiga e meu pai, Manoel, por ser o meu herói. Abençoada por ingressar numa das melhores Universidade Publica, UFRJ, o meu sonho realizado, depois de tanto tempo dedicado para pode ingressar, e mais tempo ainda de estudos para que pudesse concluir o meu tão amado curso de Serviço Social. Levo comigo os ensinamentos e aprendizados de professores admiráveis que, durante esses quatro anos de estudos, trago dentro de mim, um prazer imensurável pela nossa profissão.

## RESUMO:

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central a discussão em torno do que se denominou “Herança Maldita”. Busca-se uma leitura crítica sobre as visões endereçadas às famílias pobres, considerando o projeto de saneamento moral das famílias desde à República Brasileira até o presente momento. A metodologia do trabalho tem como base a análise qualitativa, combinada com o exame de referencias quantitativas. Foram objeto de análise, a experiência sistematizada em um Conselho Tutelar do Rio de Janeiro, a realização de entrevistas com a equipe de referência de um referido Conselho Tutelar, bem como análise e sistematização de registros com início em Janeiro 2014 até Janeiro de 2015 do SIPIA (Sistema de Informações para Infância e Adolescência). Foram analisadas as condições socioeconômicas das famílias, a relação das crianças e dos adolescentes com a família e a relação dos jovens perante a sociedade. Uma das implicações da chamada “herança maldita” é a leitura criminalizadora dos adolescentes que se analisa a hereditariedade como característica para o fracasso, como uma patologia de seus pais, tendo uma visão da pobreza como origem do mal. Este estudo procura problematizar a tendência de se buscar no âmbito familiar e na condição de classe a origem do mal, enfatizando os ciclos de desproteção a que estes segmentos se veem submetidos.

**Palavras-chaves:** Família, Desproteção, Conselho Tutelar.

## **SUMÁRIO:**

<b><u>1</u></b>	<b><u>APRESENTAÇÃO</u></b>	<b><u>7</u></b>
<b><u>2</u></b>	<b><u>A PROTEÇÃO E O CONTROLE À INFÂNCIA NO BRASIL</u></b>	<b><u>12</u></b>
2.1	HISTÓRICO DE ATENÇÃO À INFÂNCIA NO BRASIL	12
2.2	VISÃO SOBRE OS POBRES	17
2.3	ECA – AVANÇOS E LIMITES	22
<b><u>3</u></b>	<b><u>OLHARES E PRÁTICAS VOLTADAS PARA FAMÍLIA</u></b>	<b><u>26</u></b>
3.1	OLHARES TRADICIONAIS PARA FAMÍLIA	26
3.2	CONCEPÇÕES SOBRE FAMÍLIA E CUIDADO	29
3.3	A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO CUIDADO	33
<b><u>4</u></b>	<b><u>O TEMA VISTO PELO MIRANTE DO CONSELHO TUTELAR</u></b>	<b><u>35</u></b>
4.1	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	35
4.2	A CONSTITUIÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES	36
4.3	A EXPERIÊNCIA EM UM CONSELHO DETERMINADO	38
4.4	UM OLHAR PARA O SIPIA	41
4.5	O OLHAR DOS CONSELHEIROS SOBRE A FAMÍLIA	47
<b><u>5</u></b>	<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b>	<b><u>57</u></b>
<b><u>6</u></b>	<b><u>BIBLIOGRAFIA</u></b>	<b><u>59</u></b>

## **1 Apresentação**

O presente trabalho de conclusão de curso busca problematizar visões acerca da convivência familiar e comunitária de crianças de origem pobre, desmitificando a chamada “Herança Maldita” que associa pobreza a desvios e desproteção. Por “Herança Maldita” considera-se que os filhos herdam características negativas de seus familiares e passam a ser vistos pela sociedade como uma extensão do fracasso hereditário. Tal visão restringe os cuidados das crianças e dos adolescentes às dimensões consideradas patológicas do seu comportamento, sugerindo uma atuação curativa e reparadora.

Durante a minha inserção nos estagio de Serviço Social, na área infanto-juvenil, um ano em saúde mental num Capsi e seis meses em um determinado Conselho Tutelar do Rio de Janeiro, pude adquirir conhecimento sobre os cuidados infanto-juvenil e aguçar meu interesse nesta área, considerando as crianças e adolescentes, como também o ambiente de sua socialização primária.

No estagio de Serviço Social na área de saúde mental pude presenciar o convívio das crianças e dos adolescentes e principalmente o relacionamento com seus familiares nas mais diversas situações de vulnerabilidade social, tais como negligência, abuso, situação de rua, acolhimento institucional, entre outras.

Cabe salientar que o tema deste TCC seria sobre o infanticídio de crianças e adolescentes em situação de rua, mas no decorrer da pesquisa, ainda na parte teórica me deparei com as questões moralizadoras e até higienizadoras que as famílias pobres sofrem ao lidarem com os primeiros cuidados, que são hostilizadas tanto socialmente e culturalmente. O termo “famílias desestruturadas” indica que as mesmas são analisa individualmente, considerando seus problemas como exclusivos daquelas famílias. Através deste estudo, pude perceber que as crianças e adolescentes são fragilizadas por estarem inseridas no âmbito familiar em que as famílias se encontram desprotegidas, e que há um tratamento associado à cultura da patologia hereditária associada às famílias pobres.

A identificação com este tema foi decorrente deste vivencia no estágio, onde desenvolvi o interesse por mais conhecimento e superação do senso comum criminalizador da pobreza. Com o estágio num Conselho Tutelar, pude dar início na pesquisa e me indagar sobre a expressão popular “o fruto não cai muito longe da árvore”, considerei que as crianças e adolescentes vulneráveis à marginalidade são associadas à sua origem familiar, desconsiderando o contexto social como um todo.

No Conselho Tutelar, pude perceber mais de perto a relação da sociedade, da família e os cuidados infanto-juvenil. A exposição das famílias pobres aos argumentos moralistas e culpabilizadores, que as considera como famílias desestruturadas, foi ainda melhor ilustrada neste observatório, em que sao endereçadas varias demandas de “reajustamento” das crianças e



adolescentes à ordem vigente.

O senso comum não questiona a ordem social vigente, não problematiza o modelo capitalista de produção e reprodução de relações sociais, apenas considerando a superfície, que não desvenda a fragilidade das famílias. Reconhece as crianças e os adolescentes como extensão da “herança maldita”, como uma patologia de seus pais.

A hipótese central deste trabalho considera que a chamada “Herança Maldita” apresenta-se como o argumento explicativo de muitos segmentos da sociedade para a condição dos filhos de origem pobre sobre as características negativas herdadas de seus pais. Tal interpretação restringe a socialização das crianças e dos adolescentes à dimensão biológica dos genitores, sem analisar que os jovens fazem parte da sociedade e que se relacionam socialmente.

O tema apresentado procura analisar que o que leva os jovens a vivenciarem a experiência de conflito com a Lei são fatores multicausais, que não devem ser explorados de modo cristalizado ou generalizador. Com isso, a perspectiva etiológica do crime não é a orientação deste trabalho. É possível considerar a influência importante da família, considerando que os filhos tendem a reproduzir certos comportamentos de seus pais, no entanto a reprodução de hábitos e comportamentos não pode ser considerada um padrão a ser fixado e tampouco uma ideia passível de se caracterizar como referência causal ou uma generalização social.

A metodologia do trabalho tem como base a análise qualitativa, combinada com o exame de referências quantitativas. Foram objeto de análise, a experiência sistematizada em um Conselho Tutelar do Rio de Janeiro, a realização de entrevistas com a equipe de referência de um referido Conselho Tutelar, bem como análise e sistematização de registros com início em Janeiro 2014 até Janeiro de 2015 do SIPIA (Sistema de Informações para Infância e Adolescência). Foram analisadas as condições socioeconômicas das famílias, a relação das crianças e dos adolescentes com a família e a relação dos jovens perante a sociedade. A relação de outros membros com o ato infracional nos traz uma reflexão na direção oposta ao argumento da “herança maldita”: não se trata de encontrar no âmbito familiar, nem tampouco na condição de classe a origem do mal, mas de problematizar os ciclos de desproteção a que estes segmentos se veem submetidos.

O trabalho realizado não pretende justificar as negligências e as agressões físicas e psicológicas que os jovens sofrem, apenas demonstrar que os conflitos familiares necessariamente se manifestam como expressão das relações sociais. Os conceitos, visões históricas e processos de intervenção serão analisados criticamente, considerando que a força do conservadorismo sobre as famílias pobres é muito expressiva e se mostra disfarçada sob vários argumentos dissimulados.

A estrutura do TCC é composta por três capítulos, cujo primeiro capítulo é relacionado com a (des)proteção e o controle da infância no Brasil, com a composição de três tópicos que descrevem, respectivamente, a questão

histórica desde o tempo do encetamento da República Brasileira, com base na (des)proteção e o cuidado com o público infanto-juvenil que se restringi a família a um determinado segmento da sociedade; a promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) com os seus avanços e limites à política de cidadania ampliada.

O segundo capítulo também tem a composição de três tópicos que lidam com a intervenção no âmbito familiar dos segmentos mais pobres, com embasamento nos critérios moralistas e tradicionais, afetando a família socialmente e culturalmente; afetando diretamente a figura feminina numa questão de gênero que circunscreve a mulher no âmbito de mãe e dona do lar.

O terceiro e último capítulo, com a composição de cinco tópicos referentes ao estágio e as pesquisas qualitativa e quantitativa através da experiência num Conselho Tutelar, entrevista com estes Conselheiros e a pesquisa quantitativa através do sistema do SIPIA, com relação aos direitos violados das crianças e dos adolescentes no núcleo do ambiente familiar.

## **2 A proteção e o controle à infância no Brasil**

Neste capítulo, pretendo apresentar as principais questões que afetaram a política (e suas protoformas) orientada para infância e adolescência no Brasil. Os marcos para esta análise são originados na República e no ideário de “ordem e progresso” a ela referida e desencadeiam com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, configurando um padrão de cidadania inteiramente novo. Alguns autores foram escolhidos como interlocutores deste debate, caracterizando um olhar protetivo e contrário à criminalização da pobreza, desmistificam o conceito de marginalidade como pertinente às camadas subalternas da sociedade e o questionamento de um conceito moralizante e o direito inercial.

### **2.1 Histórico de atenção à infância no Brasil**

Neste segmento, pretende-se abordar as particularidades dos termos “menor”, “pivete”, crianças e adolescentes, ressaltando as estratégias de intervenção que lhes são associadas. Outra caracterização importante deste histórico é aquela associada aos pobres, apresentados frequentemente como incômodo e ameaça. Finalmente, são problematizadas as estratégias de intervenção.

Entre o fim do século XIX e começo do XX a palavra “menor” começa a aparecer com mais frequência no vocabulário jurídico brasileiro. Antes desse período o uso da palavra não era tão comum e tinha significado restrito. A partir de 1920 até os dias atuais o termo passou a referir e indicar a criança em relação à situação de abandono e conflito com a lei, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem (Londoño, 1995).

Segundo Pereira (1992), embora igualmente inserido na mesma faixa etária que a criança, o “menor” é considerado por ele como uma triste exceção, pois estaria numa situação irregular decorrente de sua origem em famílias “desequilibradas” de baixa renda. A palavra “criança” socialmente faz parte do nosso universo afetivo e o termo “menor” vem do âmbito jurídico, é despersonalizado e evoca a “anormalidade”. O estereótipo da infância construído no senso comum (criança branca de classe média assistida por uma família nuclear estruturada) estaria longe de refletir o rosto mestiço, de origem pobre da população brasileira de 0 a 17 anos.

O primeiro Código do Menor (1927), conhecido como Código Mello Mattos, se referente à infância e a adolescência brasileira deixando claro que em seu conteúdo que somente determinada parcela desta população figura como objeto a ser disciplinado, assistido e controlado. As leis e códigos específicos formulados destinam-se a dar conta do denominado “menor”. Com o termo “menor” entende-se a não totalidade da população infanto-juvenil, mas especificamente a parcela pauperizada e em potencial situação de abandono e delinquência (Pereira, 1992). Os “pivetes” figuram como personagens perigosos

da violência urbana, sendo despojados de seus atributos e características infantis. São vistos como um perigo a ser contido, caso de polícia e de ressocialização (Pereira, 1992).

Rizzini (2008) descreve a infância na passagem do regime monárquico para o republicano, período crucial na formação do pensamento social brasileiro. A autora analisa o entendimento da criança como um ser moldável, como um paradoxo de o *perigo de ser* em que representava perigo à sociedade e outro perigo a si mesma – estabelecem-se os objetivos para as funções: de *prevenção* (vigiar a criança, evitando a sua degradação, que contribuiria para a degeneração da sociedade); de *educação* (educar o pobre, moldando-o ao hábito do trabalho e treinando-o para que observe as *regras do 'bem-viver'*); de *recuperação* (reeducar ou reabilitar o “menor”, percebido como ‘*vicioso*’ através do trabalho e da instrução, retirando-o das garras da criminalidade e tornando-o útil à sociedade); de *repressão* (conter o “*menor delinquente*”, impedindo que cause outros danos e visando a sua reabilitação, pelo trabalho).

A criança se encontra num momento tênue em que sofre com o perigo à sua volta e outro em que se torna o próprio perigo para a sociedade, não que a criança se torne o perigo para si, ela se torna uma ameaça para o sistema capitalista e a propriedade privada, por isso o discurso capitalista e formas de domesticar as crianças em quatro etapas (prevenção; educação; recuperação e repressão).

O primeiro Código do Menor (1927) não apresentava as crianças e adolescentes como sujeitos do direito, mas como extensão do patriarca (a

herança do fracasso). Tal legislação possui cunho intervencionista, estabelecendo a figura do “Juiz de Menores” ao qual, em nome do Estado, cabe a tutela e assistência aos “menores”. A atuação e competência deste Juizado abarca não só funções penais, mas abrange também a parte civil e trabalhista, assim como funções administrativas. O Código, basicamente, busca regular o “menor” vadio e o “menor” trabalhador (Pereira, 1992).

De acordo com Pereira (1992), as visões de infância e “menoridade” socialmente construídas trazem em seu conteúdo delimitações de espaços: a) Casa – representação geográfica de um espaço socialmente adequado, baseado em firmes valores morais e pela disciplina, onde se estabeleceria a inserção e vínculo com as instituições sociais básicas (família, trabalho formal). A escola seria um complemento natural deste espaço. É o âmbito da “criança”; b) Rua – espaço inadequado, propício a uma socialização divergente e condutas delinquentes. Não teria vínculo direto nem com instituições básicas, nem com a escola. É o âmbito do “menor”; c) Internato – apresentado oficialmente como espaço reeducativo intermediário. Supriria para o menor abandonado ou delinquente a falta da casa, retirando-o das ruas. Teria por base uma proposta pedagógica de ressocialização de condutas divergentes.

O uso corrente do termo '*menor*' torna-se, portanto, uma categoria jurídica e socialmente construída para designar a infância pobre – abandonada (material e moralmente) e delinquente. Ser menor era carecer de assistência, era sinônimo de pobreza, baixa moralidade e periculosidade (Rizzini, 2008).

O combate a um estilo de '*vida vagabunda*' deve ficar bem entendido como um gesto de contenção a um ato identificado como de insubordinação, ou seja, o indivíduo, embora apto, recusava-se a trabalhar, o que, em outras palavras significava uma recusa em servir à sua pátria (Rizzini, 2008).

Os enjeitados permaneciam de um a dois meses na Casa da Roda, onde o índice de mortalidade infantil oscilava comumente em torno de 50 a 70%. Os que sobreviviam eram enviados a “criadeiras”, pagas pela Santa Casa, devendo permanecer na companhia dessas mulheres até a idade de sete anos. A partir daí, as crianças eram encaminhadas a famílias adotivas ou ao Arsenal de Marinha, no caso dos meninos, e ao Recolhimento das Órfãs, no caso das meninas. Em quaisquer das situações, as crianças deveriam trabalhar gratuitamente durante sete anos, em troca de teto e alimentação. Dos 14 anos em diante, poderiam empregar-se, recebendo salários (Lima e Venâncio, 1995).

Pereira (1992) analisa o pretenso caráter de isonomia, a legislação brasileira foi montada de modo a garantir as desigualdades. Não é permeada pela preocupação em garantir, indiscriminadamente, o direito de todos, mas especialmente a das classes dominantes. Sem negar o teor de correlação de forças existentes, sempre os interesses ligados à propriedade, à acumulação de capital e manutenção do *status quo*<sup>1</sup>, condicionaram a elaboração das leis e a definição do que é crime e de quem é o criminoso.

Pereira (1992) dialoga que incomoda por trazer à tona nossa miséria cotidiana. Exemplificam o rosto de um país que não soube construir uma história ética pautada no respeito humano. Imersos em uma voraz lógica de mercado,



os respeitáveis “cidadãos brasileiros” não param para pensar sobre o porquê de aquelas crianças estarem perambulando pelas ruas, e quais são as consequências perversas do olhar negativo e raivoso que lançam sobre elas. Constrói-se uma visão equivocada em que se mascaram como exceção as reais características de um país marcado pela desigualdade e crescente pauperização de sua população.

## 2.2 Visão sobre os pobres

“...muitos pensam que todo mundo que mora em favela é desqualificado para viver na sociedade a fora.” (Castro, 2005).

As crianças e adolescentes que se encontram nos espaços considerados fronteiros em relação à ordem e o progresso são tratados como “menores”, os moradores das favelas têm de lutar contra a ausência de bens sociais e, além disso, têm que enfrentar uma cobrança social perversa para poder “fazer parte”, para “estar dentro” de uma sociedade desigual e excludente.

As palavras empregadas para associar a infância ao crime tinham força própria: significavam a aceitação do fato de que autores de crimes hediondos poderiam ser gerados a partir do berço ou mesmo trazer consigo a herança do crime, admitindo-se a existência de uma *'tara malfazeja'*. Uma multiplicidade de fatores que eram apontados como produtores de candidatos ao crime desde a infância: raça, clima, tendências hereditárias, condições de vida familiar e social, ociosidade, vícios, até uma *'trama retrincada'* de inclinações inspiradas na obra de Lombroso e seus seguidores, tais como cólera, vingança, crueldade, falta de

sentimentos afetivos, tendências pronunciadas para a obscenidade, entre outras (Moraes, 1900).

A naturalização das relações sociais acontece de forma mais clara em relação à família do que a outras instituições sociais, porque a família é o espaço social onde se realizam os fatos da vida vinculados ao corpo biológico, como o nascimento, a amamentação, o crescimento, o acasalamento, o envelhecimento e a morte (Sarti, 2004).

O conceito de família está vinculado aos processos de regulação da vida familiar iniciados no momento em que a família é assumida como base natural e núcleo fundamental da sociedade. Ela é assumida como a estrutura através da qual pode ser garantida a educação, a assistência, a segurança e a felicidade dos sujeitos que compõem o todo social. Essa concepção se articula no bojo do desenvolvimento do capitalismo entre os séculos XVIII e XIX, em que são visíveis as transformações da família (Mioto, 2014).

Da perspectiva temporal, as pessoas se inserem em uma sucessão de gerações, possibilitando projeções para o futuro ou resgates de elementos do passado. Passa-se, então, a considerar a contribuição específica de uma análise centrada em “modos de vida”, arraigados numa situação de classe (Fonseca, 2005).

Por não ter o reconhecimento da criança na sociedade, a não ser como um indivíduo moldável e submisso ao capital. A criança tem o seu reconhecimento de acordo com os padrões familiares, a incapacidade que as ações e intervenções moralizadoras impõe rigidamente nas famílias e

principalmente nas crianças gera uma incapacidade e criminalização à criança. A criança é vista por suas condições sociais e as atribuições das características dos pais a seus filhos, pelos pais serem pobre e não ter educação e as atitudes consideradas imorais os seus filhos também herdaram as características do fracasso que provavelmente leva a criminalidade.

A criança deixa de ocupar uma posição secundária e mesmo desimportante na família e na sociedade e passa a ser percebida como valioso patrimônio de uma nação; como 'chave para o futuro', um ser em formação – '*ductil e moldável*' – que tanto pode ser transformado em '*homem de bem*' (elemento útil para o progresso da nação) ou num '*degenerado*' (um vicioso inútil a pesar nos cofres públicos) (Rizzini, 2008).

Concebia-se que vícios e virtudes eram, em parte, originários dos ascendentes; assim, os filhos nascidos de “boas famílias” teriam um pendor natural a serem virtuosos, ao passo que os traziam má herança, seriam obviamente vistos (inclusive por si próprios) como portadores de '*degenerescências*'. Essa crença justificava privilégios para uns e corretivos para outros (Rizzini, 2008).

Pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à realidade da família, mas que nos permita pensar como a família constrói (Sarti, 2004).

A criança simboliza a esperança – o futuro da nação. Caso fosse devidamente educada ou, se necessário, retirada de seu meio (tido como

enfermiço) e reeducada, ela se tornaria útil à sociedade. (...) Aqueles que não pudessem ser criados por suas famílias, tidas como incapazes ou indignas, seriam de responsabilidade do Estado (Rizzini, 2008).

Algumas instituições assistenciais acolhiam crianças através de um mecanismo que impedia a identificação de quem ali as abandonava. Tal mecanismo era denominado “*Roda dos Expostos*” (Rizzini, 2008).

Durante os séculos XVIII e XIX, a “*Roda*” recebeu 42.200 enjeitados, sendo procurada por pessoas pobres que não tinham recursos para criar seus filhos, por mulheres da elite que não podiam assumir um filho ilegítimo ou adultério e, também, por senhores que abandonavam crianças escravas e alugavam suas mães como amas de leite (Lima e Venâncio, 1995).

Além disso, era sabido que em épocas de maior escassez, os pais entregavam seus filhos às “*Rodas*” para aliviarem-se do encargo de criá-los; por outro lado, o amontoamento de crianças nos asilos feria todos os preceitos da higiene, o que era largamente atestado pela facilidade com que as crianças morriam naqueles estabelecimentos (Rizzini, 2008).

Através do estabelecimento de uma concepção higienista e saneadora da sociedade, buscar-se-á atuar sobre os focos da doença e da desordem, portanto, sobre o universo da pobreza, moralizando-o. A degradação das “classes inferiores” é interpretada como um problema de ordem moral e social. Garantir a paz e a saúde do corpo social é entendido como uma obrigação do Estado (Rizzini, 2008).

Embalados (área médica) pela motivação de seu papel na higienização da humanidade, a medicina extrapola o âmbito de sua atuação para além dos amplos programas higiênicos e campanhas de vacinação compulsória para atuar sobre a constituição das futuras gerações, eliminando a descendência não desejável (Rizzini, 2008).

Médicos e juristas, particularmente atentos à questão da *proteção aos menores moralmente abandonados*, defendiam o ponto de vista de que o Brasil há tempo deveria ter seguido o exemplo daquilo que já se fazia matéria consagrada nos países cultos: retirar o “menor” da família e mantê-lo sob a vigilância da autoridade pública. A intervenção sobre a família, retirando-lhe a autoridade sobre os filhos era defendida como uma necessidade dos tempos modernos – *Regulação Social* (Rizzini, 2008).

A “família desestruturada” é uma palavra usada para descrever as famílias pobres. É como se, numa espécie de lógica, uma pessoa bem-sucedida, por definição, não poderia vir de uma família desestruturada (Fonseca, 2005). No entanto, sendo a família um mundo de relações (Sarti, 2003), o atendimento que focaliza a família lida forçosamente com esse mundo de relações, em todo seu emaranhado de situações e pontos de vista. Quando se enfoca a família, então, a primeira coisa a se ter em conta é que se está tratando de relações e não de indivíduos (Fonseca, 2005).

As políticas criminais, voltadas tanto para o criminoso adulto como para o adolescente em conflito com a lei, foram pródigas em produzir substrato que referenda a percepção do pobre como perigoso. Como as ações criminosas

parecem ser reconhecidas como o indicador do estado moral de uma sociedade, seus executores acabam por serem culpabilizados pelo mal-estar social. Ao criminalizar preferencialmente os delitos cometidos pelos economicamente carentes, produzem estatísticas que permitem demonstrar que são os pobres que terminam compondo a maioria da população penal, assim como grande parte dos jovens pobres compõem a população jovem que lota as unidades de internação (Signorini e Garcia, 2007).

### **2.3 ECA – Avanços e limites**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como orientação política e institucional, voltado para proteção da criança e do adolescente, enquadra-se no paradigma de construção de um Estado de Bem-Estar provedor da universalização dos direitos sociais (Rezende e Cavalcanti, 2006). Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os “menores” passaram a ser legalmente reconhecidos como crianças (até 12 anos de idade) e adolescentes (entre 12 e 18 anos), e considerados "em condição peculiar de desenvolvimento". O propósito da mudança legal foi promover uma alteração no paradigma conceitual e nas práticas derivadas: abandonar a concepção de “menor” carente ou delinquente, associada à pobreza e à cor, abandonar a doutrina da situação irregular, através da qual os órgãos públicos tinham como função básica corrigir desvios de conduta, e adotar a concepção de cidadania ampliada, mais condizente com a ordem internacional proposta pela Convenção das Nações

Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada pela ONU, em 1989 (Signorini e Garcia, 2007).

Em se tratando de políticas de atenção a crianças e jovens, a história brasileira tem sido frequentemente dividida em dois tempos: antes e depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. Não que antes do Estatuto essa história fosse linear e indistinta, ao contrário: muito ocorreu para que sua promulgação, em 1990, representasse, de fato, o marco de uma nova abordagem dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, nem tanto para as crianças, mas sobretudo para os denominados "menores", expressão de origem jurídica cujo uso corrente prestou-se a distinguir, entre crianças e jovens, aquelas consideradas incômodas ou ameaçadoras (Signorini e Garcia, 2007).

Tendo como referência a concepção de Estado de Bem-Estar, apresentado por Falcão (1991), doutrina político-filosófica do ECA é a da Proteção Integral. Esta doutrina preconiza a garantia dos direitos fundamentais (liberdade, vida, educação, saúde, lazer) a todas as crianças, sem qualquer discriminação. A garantia dos direitos fundamentais deve ser efetivada, segundo a lei, por um conjunto de ações governamentais e não governamentais.

Neste sentido, a lei exige que os direitos sociais sejam a expressão social do Estado e que, por intermédio dele, seja feita gestão das políticas sociais. Descarta, desse modo, o trato compensatório do atendimento à infância (Rezende e Cavalcanti, 2006).

Do ponto de vista Institucional, o ECA estabelece a criação dos Conselhos dos Direitos, Conselhos Tutelares, Justiça da Infância e Juventude,

Promotorias e Defensorias Públicas e o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança como as principais instâncias e mecanismos para implementar uma política de proteção integral, baseada na universalização de direitos, ampliação da cidadania e democratização da sociedade (Rezende e Cavalcanti, 2006).

Em seus estudos, Hart afirma que não existem sociedades que ofereçam, o tempo todo, a máxima oportunidade de participação para as crianças. Esta constatação não parece muito surpreendente, tendo em vista que é virtualmente impossível, considerando-se que o sistema político que serve de contexto é um sistema democrático, que algum grupo exerça o máximo de influência o tempo todo. É esperado, portanto, que diversos grupos se revezem nos momentos nos quais são exigidos alguns tipos específicos de participação (Sinclair, 2004; Soares, Sarmento & Tomás, 2004). Confundir participação (em uma versão radicalmente protagonista) com predominância seria cometer erro semelhante ao de um sistema cujos processos decisórios sejam apoiados exclusivamente em adultos.

Assumindo que se deseja promover a participação infantil num envolvimento simbólico, considerando a complexidade dos possíveis arranjos de tarefas, decisões, níveis de abstração e estado desenvolvimental necessários para a tomada de decisões, avaliação de consequências, exercício de competências técnicas, suprimento de necessidades econômicas, atendimento a aspectos jurídicos, entre tantos outros que poderiam ser levantados, a configuração mais provável é que haja diferentes arranjos complexos em relação à partilha de responsabilidades, compromissos e, conseqüentemente, o



desempenho de diferentes tarefas entre crianças e adultos.

Assim como o período anterior ao ECA não foi uniforme, o que o sucede também não se traduz em uma página virada na História. A despeito do grande avanço político que essa lei representou, certos jovens continuam sendo “menores” para efeito do seu reconhecimento social. Na prática, não alcançaram a cidadania em seus aspectos mais elementares (“por exemplo, se circulam nos espaços públicos, não é porque têm trânsito livre ou direito de mobilidade, mas porque desafiam as interdições e são forçados a estar ali em razão de não haverem logrado outros direitos”) (Signorini e Garcia, 2007).

As taxas de escolarização que expressam a frequência escolar revelam que, na última década, houve avanços em todos os grupos etários. No ano 2000, 94,9% da população brasileira entre 7 e 14 anos de idade já frequentava a escola, e assim o país se aproximava da cobertura universal. Apesar disso, persistiram algumas variações entre sexo, cor e regiões urbana e rural, indicando que a cobertura não se deu de modo uniforme, se observadas as variáveis citadas. Em 2000, a rede pública de ensino cobria cerca de 79% dos estudantes residentes no Brasil (Signorini e Garcia, 2007).

Um passo fundamental para verter e superar esses estereótipos é efetuar um resgate das principais concepções de infância que permeiam a forma como foi construído e priorizado o olhar da sociedade e do Estado sobre a população de 0 a 17 anos. Ao avaliar criticamente esse processo de “menorização”, questionando seus pressupostos e explicitando seus efeitos, queremos deixar de lado máscaras dissimuladoras, passando a olhar essas

crianças e adolescentes como elas realmente são, suas formas de (sobre)viver e construir relações (Pereira, 1992).

### **3 Olhares e práticas voltadas para Família**

Neste capítulo, pretende-se discutir olhares e práticas voltados para família, considerando especialmente a Política Nacional de Assistência Social, que traz numa visão ampliada sobre as composições familiares e as relações dos segmentos das classes sociais e das relações de gênero. Também será discutida a questão do cuidado infanto-juvenil; bem como o envolvimento das Políticas Sociais que implicam na proteção e desproteção destas famílias.

#### **3.1 Olhares tradicionais para família**

A política de Assistência Social não inaugurou a centralidade da família nas ações sociais. A família sempre esteve presente nas políticas voltadas para conter os considerados “em situação de risco e vulnerabilidade”, “marginais”, “perigosos”, “desequilibrados”, entre outras qualificações. Para os “menores” *moralmente abandonados (não viciosos ou pervertidos), eram indicadas as 'escolas de prevenção ou preservação*, uma para menores do sexo masculino e outra para as do sexo feminino, situadas dentro do perímetro urbano (1906). A eles seria ministrada instrução básica e dedicação ao trabalho, fixado em 8 horas diárias. Estas instituições eram também denominadas de *'estabelecimentos industriais'* (Rizzini, 2008).

Para os “menores” *delinquentes*, prescrevia-se a '*Escola de Reforma*', localizada na zona suburbana da cidade, que, em 1906, imaginava-se dividida em duas seções, uma industrial destinada aos “menores” que tivessem sido absolvidos e uma seção agrícola para os condenados. No artigo 40 do Projeto de 1912, consta a finalidade da '*Escola de Reforma*': “*melhorar o caráter dos menores viciosos ou pervertidos, delinquentes ou não, pela educação pelo trabalho*” (Rizzini, 2008). A caracterização do caráter a partir da vinculação ao trabalho ainda permanece restrita às crianças e adolescentes de classes subalternas.

Incorporando tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo quanto a visão jurídica repressiva e moralista, o Código Mello Mattos considerava a família responsável pelo desvio de conduta de seus filhos, classificava os “menores” quanto à sua inserção no trabalho e na conduta anti-social através de *graus de periculosidade* (Rezende e Cavalcanti, 2006).

Representando uma ruptura com esta tradição, o ECA estabelece a obrigatoriedade de inclusão da família em programas oficiais de assistência social quando os pais ou responsáveis não conseguem cumprir com suas responsabilidades de proteção aos filhos por motivo de insuficiência material (Garcia e Silva, 2012).

A família é, tradicionalmente, evocada como uma entidade soberana, a “base da sociedade”. Sua natureza protetiva é considerada ontológica. Supõe-se que a proteção ali exercida assumia um caráter afetivo e individualizado. A função precípua, atribuída à família, é a socialização primária e a proteção da

criança e do jovem das adversidades do “mundo lá fora”. É apresentada como uma entidade preservada dos valores deletérios, sendo assim, de certo modo, dissociada da sociedade. Por esta razão, a família quando falha na função que lhe é imputada pela sociedade, além de atrair julgamentos morais, ser considerada “desestruturada”, pode ser substituída por outra família que cumpra corretamente suas atribuições (Garcia e Silva, 2012).

A despeito da sua conotação depreciativa, o acolhimento institucional é uma oportunidade de suspensão temporária de situações violentas, cuja administração, naquele momento, foge ao controle das famílias e, sobretudo, das crianças e jovens envolvidos. Na formulação do ECA, os serviços de acolhimento institucional são idealizados como instituições responsáveis por zelar pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos desatendidos ou violados (Garcia e Silva, 2012).

Com base nos dados do Censo, dentre as 3.732 crianças e adolescentes que se encontravam acolhidos no dia 31/05/2008 (data do corte), 55% se encontravam institucionalizados há mais de um ano, sendo que desse total, 19% se encontravam privados de conviver em família há mais de quatro anos, havendo mais de uma centena de institucionalizados há mais de 10 anos. Esses dados refletem um prolongamento excessivo do acolhimento no estado do Rio de Janeiro que, segundo Silva e Aquino (2005), também se dá em escala nacional.(....) Ainda segundo as autoras, *“a grande maioria dessas crianças e adolescentes (86,7%) tinha família, sendo que 58,2% mantinham vínculos com familiares e apenas 5,8% estavam impedidos judicialmente de ter contato com*

*eles*".

Em relação aos motivos de acolhimento institucional, ressalta-se, dentre os dados contidos no Censo, a negligência (14,34%), seguida da falta de recursos materiais da família ou responsáveis (12,78%). Os valores que configuraram a Doutrina da Situação Irregular, quando se reconhecia a pobreza como risco e condição adversa para a proteção, parecem prevalecer no cenário pós-ECA (Silva e Aquino, 2005).

### **3.2 Concepções sobre família e cuidado**

Nas décadas de 1960 e 1970 o imaginário sobre a família assentava-se no casamento monogâmico, com o marido e esposa (pai e mãe) com papéis bem nítidos e estáticos. Consistia em um modelo que foi, paulatinamente, sendo universalizado para todas as sociedades modernas. Na década de 1960, debatiam-se temas como o enfraquecimento e crise das famílias, as famílias desfeitas. Ainda que vista com reservas e seja submetida a críticas variadas, a família permanece sendo entendida por muitos como o *locus* da proteção e do cuidado. Esta característica, contudo, é entendida neste trabalho como um potencial e não como algo natural (Macena, 2007).

A referência de família contida na Política Nacional de Assistência Social se apresenta como grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade, isto é, amplia o conceito não se restringindo somente aos laços consanguíneos, mas abrangendo para todo um cuidado protetivo que cerca a criança e o adolescente. Ainda que ampliado, este

conceito favorece uma leitura positiva sobre a família, desconsiderando que este núcleo de socialização primária também revela formas violentas e desprotetivas nas relações com crianças, idosos, mulheres e outros segmentos mais vulneráveis à dominação assimétrica.

Outra referência de família que reforça esta caracterização positiva é apresentada pelo Ministério de Desenvolvimento Social define-a como: “família é o núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento do cidadão” (MDS, 2006).

A PNAS admite que a família deve ser protegida para proteger, o que elimina um tom moralizador ou mesmo criminalizador quando sua performance contraria o que se espera dela.

Embora haja o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras. Nesse contexto, a matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Este ênfase está ancorado na premissa da centralidade na família e da superação da focalização. No âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir as condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos (PNAS, 2004).

Nos documentos produzidos e divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), pode-se observar que o órgão pensa a sua prática tendo como foco a família, entendendo-a em seus variados arranjos. A

incorporação da diversidade de arranjos na definição de família não implica, portanto, na eliminação dos traços idílicos (Carloto e Mariano,2008).

Mais uma vez é preciso ressaltar que esta é uma concepção idealizada e naturalizada acerca da família, uma vez que representa apenas uma de suas facetas, a da harmonia, e oculta as demais, oculta o seu oposto, onde há também o conflito e até mesmo a violência (Carloto e Mariano,2008).

A família é construída culturalmente e socialmente como o primeiro espaço de proteção aos cuidados das crianças. No primeiro momento a família é um dos principais espaços de proteção do desenvolvimento da criança, quando a família se encontra desprotegida, proporciona o espaço de desproteção à criança e ao adolescente.

A concepção de família está mais aberta e ampliada, porém são mantidas as mesmas expectativas sobre o papel da família e suas responsabilidades enquanto um grupo/arranjo de proteção e cuidados dos indivíduos, principalmente o papel da mulher/mãe como principal elemento provocador de mudanças, e tendo um papel ativo para a configuração de uma “boa família” (Carloto e Mariano,2008).

A violência doméstica e, em especial, a sofrida por crianças e adolescentes, não foge a esse quadro, apesar de resguardar algumas particularidades, tendo em vista que esse tipo de violência sempre fez parte do universo das famílias no mundo todo, no entanto, na atualidade vem assumindo outros sentidos e significados. Se em tempos não muito remotos, segundo Julião (2004), os castigos e os abusos físicos eram recursos do processo de

educação dos filhos e, assim, eram tolerados e até recomendados, hoje passam a adquirir outro significado, ou seja, são vistos como um tipo de violência, passíveis de denúncias e de responsabilização de seus autores (Batista, 2011).

A assimilação dessa nova direção encontra entraves que se põem na ordem de um confronto: com a visão naturalizada e a-histórica de um modelo de família burguesa, que é complacente com o poder 'adultocêntrico'; e com "[...] marcas trazidas historicamente de políticas assistencialistas anteriores, do modelo de assistência baseado na doutrina da situação irregular, das ideias médico-higienistas e intervenções estatais moralizadoras, repressoras e paternalistas" (Bandeira, 2009).

Diante dessas questões, a violência doméstica é relativizada e inviabilizada, além de ser tomada como problema individual, posto que "se restringe aos problemas daquela família". Esta análise não contempla as múltiplas determinações e mediações sócio-históricas que estão postas na questão e que ligam a singularidade da dinâmica de violência vivenciada por determinada família a uma universalidade que se põe no âmbito do fenômeno da violência em nossa sociedade (Batista, 2011).

Reduz-se a questão da violência doméstica à pobreza da família, ao pai que bebe ou à mãe negligente e, dessa forma, segundo (Julião, 2004), "[...] nos casos de violência atendidos pelo Conselho Tutelar este órgão centra a sua atuação na punição dos responsáveis [...]", concentrando as ações apenas na direção da regulação dos comportamentos e das condutas individuais (Batista, 2011).



### **3.3 A perspectiva de gênero no cuidado**

Como aponta Saraceno (1997), a família é o lugar social e simbólico em que a diferença, especialmente a diferença sexual, é assumida como base e, ao mesmo tempo, construída como tal. A autora comenta que não se trata apenas da necessidade fisiológica da reprodução e muito menos de legitimar a sexualidade (Carloto e Mariano, 2008).

Na família o reconhecimento de que a humanidade tem dois sexos, torna-se princípio organizativo social global, e a estrutura que organiza as relações sociais e os destinos individuais. A autora considera que: “é antes de mais nada, no âmbito da família que o fato de se pertencer a um determinado sexo se transforma em destino pessoal, implícita ou explicitamente regulamentado e que se situa numa hierarquia de valores, poder, responsabilidade” (Carloto e Mariano, 2008).

A construção da diferença sexual é reforçada e também construída no espaço público, como pode ser o caso das expectativas e objetivos de políticas públicas no âmbito da assistência social, em relação às responsabilidades das mulheres titulares de programas de transferência de renda (Carloto e Mariano, 2008).

Esse enfoque em que a mulher corporifica o grupo familiar diante das políticas estatais dirigidas à família repete-se em outras políticas sociais brasileiras, podendo ser identificado também na saúde e na educação (Carloto e Mariano, 2008).

As mulheres, dentro do modelo de família nuclear, defendido pelos conselheiros tutelares, foram associadas, automaticamente, ao papel de mãe. Este aspecto é discutido por Fonseca (1995), definindo a autora que, a maternidade é o destino 'natural' das mulheres, sendo, portanto, cobradas por isso. Foram responsabilizadas por muito do que acontece com seus filhos, fato que acabava gerando a busca por ajuda nos Conselhos Tutelares. Isto porque, dentro da dinâmica de uma 'família desestruturada' e 'de comunidade', estas mães não conseguem desempenhar sua função de cuidadoras e protetoras dos filhos (Fonseca, 1995). Isto mostra uma consonância com o que mostra Stolcke (1988), com relação à gestão do corpo diferenciada entre homens e mulheres. Recai sobre estas últimas o estatuto da sede da reprodução e a consequente obrigatoriedade pelo cuidado dos filhos, como aponta Fonseca (1995).

## **4 O tema visto pelo mirante do Conselho Tutelar**

Neste capítulo, pretende-se analisar as práticas vivenciadas em um Conselho Tutelar do Rio de Janeiro, com ênfase na relação com crianças e adolescentes e seus familiares. Busca-se problematizar o funcionamento de um Conselho, sua dimensão normativa e as demandas apresentadas, estatísticas com base nas mais diversas violações que as crianças e adolescentes sofrem.

### **4.1 Considerações preliminares**

No campo das políticas sociais, o projeto democrático obteve vitórias consideráveis. Dentre elas, podemos destacar a criação de órgãos não jurisdicionais, autônomos, compostos por representantes da sociedade, com o objetivo de zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes: os Conselhos Tutelares (Duriguetto e Souza, 2011).

Dessa forma, refletir sobre as experiências dos Conselhos Tutelares poderá indicar o tipo de relação que estes novos institutos estabelecem com o poder público, verificando as potencialidades e os limites desses espaços no processo de democratização e aprofundamento de direitos (Duriguetto e Souza, 2011).

Essa reflexão é fundamental na medida em que a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente exigem o pleno funcionamento dos Conselhos Tutelares, órgão que compõe o

referido Sistema. Com a inscrição do artigo 227 na Constituição Federal e com o advento da Lei Federal nº. 8.069/90 (ECA), os Conselhos foram consagrados como instâncias absolutamente estratégicas e necessárias para que sejam concretizadas ações em torno da defesa, da promoção e controle da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes (Duriguetto e Souza, 2011).

## **4.2 A Constituição dos Conselhos Tutelares**

A criação do Conselho Tutelar, por sua vez, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 é definido como “[...] órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente [...]” (Tavares, 1995, p. 114), põe este órgão como um novo objeto de análise, instigando em sua gênese e até os dias atuais o interesse investigativo de estudiosos, militantes, idealizadores e executores da política social da criança e do adolescente, e de forma geral, da realidade da criança e do adolescente no Brasil.

O poder conferido ao Conselho Tutelar advém de duas fontes: ele atua em nome da sociedade, pois para isso é eleito o Conselheiro pela sociedade de quatro em quatro anos, e isso lhe confere a legitimidade do poder popular estabelecido constitucionalmente. Por outro lado, constitui um Serviço Público, diferentemente dos mandatos de outros agentes eleitos pelo poder da

população, pois o exercício de suas responsabilidades e a forma de exercê-las derivam da Lei que o instituiu, e não da vontade da população (Frizzo, 2004).

Na forma de atuar para conseguir “o *cumprimento dos direitos definidos na Lei*”, o Conselho Tutelar pode atuar em frentes distintas: junto aos formuladores de Políticas Públicas – Secretários de Governo, Conselhos Setoriais de Políticas Públicas, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, Vereadores e Poder Público Municipal. Sua atuação deve promover o diagnóstico permanente das necessidades e da garantia de atendimento de direitos básicos na área educacional, de saúde, habitação, alimentação, assistência social e todos os direitos considerados básicos e universais para o desenvolvimento adequado das crianças e adolescentes do município (Frizzo, 2004).

Outra frente de atuação dos Conselhos Tutelares é voltada à comunidade em geral, visando disseminar os valores democráticos que norteiam o Sistema de Garantia de Direitos, e ao Ministério Público, que constitui o órgão público responsável pela vigilância dos direitos garantidos por Lei no âmbito jurisdicional (Frizzo, 2004).

Finalmente também atua junto às instituições sociais e programas que configuram a rede de atendimento, visando garantir padrões mínimos de qualidade do atendimento oferecido (Frizzo, 2004).

### **4.3 A experiência em um Conselho determinado**

O conhecimento obtido através da breve passagem por um Conselho Tutelar do Rio de Janeiro, analisa as relações familiares e adjacentes das crianças e dos adolescentes e de como um a equipe do Conselho Tutelar (CT) atua diante das demandas apresentadas.

A maior parte das demandas apresentadas pelos usuários é com base nas relações familiares (consanguíneos ou não), mesmo que a demanda tenha aparecido através de outras instituições, como hospitais, escolas, entre outras, também não se descarta a demanda espontânea, em sua maior parte com pais divorciados por motivo de guarda, ou dique 100 em que há denúncias no anonimato. As demandas apresentadas são expressões da 'Questão Social' expostas como conflitos familiares, numa visão social estrita e culpabilizadora dos familiares.

A maior demanda exposta ao CT envolve a família nas mais múltiplas variações: adolescentes grávidas, tutela, dependência química dos responsáveis e por último com uma demanda pouco presente: crianças e adolescentes em situação de rua e conflito com a Lei.

Quando a demanda de crianças em conflito com a lei é apresentada, em geral trata-se de uma questão pontual em que a Polícia leva os jovens ao CT para providenciar o encaminhamento. Com jovens em situação de rua, eles mesmo fazem as suas próprias demandas espontâneas, em que aparecem no CT querendo ser acolhidos naquele momento.

As demandas das famílias são apresentadas na forma de denúncias (disque 100), ou demandas espontâneas. É importante ressaltar que certas demandas chegam ao CT com aparência de um conflito trivial, mas que no decorrer das entrevistas e dos desdobramentos se manifestam como ameaça aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Consideramos relevante reconhecer a família como instância importante na provisão de bem-estar (tanto material como imaterial) e que ela, enquanto lugar de convivência e de afetos, é transpassada pelas expressões da 'Questão Social'. A família enfrenta a difícil tarefa de articular a proteção dos seus, através das negociações que estabelece entre seus membros e com outras esferas da sociedade, tais como Trabalho, Estado e Mercado. No entanto, é necessário reconhecer que tais negociações não se estabelecem entre sujeitos iguais, uma vez que a desigualdade está presente tanto no interior da família, como nas suas relações com as outras esferas da sociedade. Sabe-se que as condições sociais presentes nos diferentes momentos históricos impactam de forma diferenciada às famílias. Esses impactos se configuram a partir das categorias de classe, gênero e etnia, que segundo Arriagada (2002), constituem os eixos de desigualdades.

As famílias pobres são consideradas “multiproblemáticas ou desestruturadas” (Mioto, 2004; Teixeira, 2010), desestruturadas não mais em relação à estrutura ideal, mas em relação às suas funções protetivas. O fracasso das famílias tende a ser entendido como resultado da incapacidade de gerirem e otimizarem seus recursos, de desenvolverem adequadas estratégias

de sobrevivência e de convivência, de mudarem comportamentos e estilos de vida, de se articularem em redes de solidariedade. Desta forma, a família é vista a partir do problema que apresenta ou representa para a sociedade (Mito, 2014).

Há casos relacionados a mães adolescentes com impedimento de alta em Hospitais, por não contarem com responsáveis, outros relativos a pais divorciados que tem conflitos com a guarda, além de mães solteiras que são as únicas provedoras das casas. As mães solteiras tendem trabalhar fora para conseguir o sustento e ainda trabalhar em casa para suprir as necessidades familiares. Muitas delas residem em comunidades, não podendo contar com a pensão e presença dos genitores de seus filhos.

As mães jovens pulam uma etapa da vida e se tornam responsáveis por si e por outra vida, no entanto nem sempre há quem se responsabiliza por elas. Um caso que apareceu no CT em que uma jovem de apenas dezesseis anos, com três filhos, cuja mãe apresenta problemas mentais em que não poderia nem se responsabilizar por si própria, quanto mais por uma filha e netos, o pai renunciou a família. A jovem se encontrava com varias questões sobre a sua vida pendente, no entanto esta se organizando junto a família do pai de seus filhos, para que pudessem dar suporte tanto às crianças quanto à jovem para poder lidar com a situação.

Um dos casos encaminhados de uma Escola para o CT relatava a agressividade de um aluno para com o professor. Os responsáveis se apresentaram e foi feita uma entrevista para considerar o motivo de tanta



violência do jovem. Depois de muita conversa, o padrasto do jovem fala que a mãe do menino está grávida de seis meses e é usuária de drogas. Também relatou que faz uso da droga próximo à sua residência e que os filhos provavelmente presenciavam. Ao analisar a situação como um todo e buscar mais informações sobre os pais biológicos, a mãe se encontrava cumprindo a condicional, o pai está no sistema penal e que recentemente o padrasto tinha abandonado o uso de entorpecentes. O que mais chama a atenção neste caso é que, ao indagarmos o adolescente sobre se ele também fazia uso de drogas lícitas e ilícitas, a mãe informou que o menino não fazia uso nenhum de drogas ilícitas, pois ela periodicamente leva o filho às avaliações médicas e que no laudo não constava nada alterado. Percebe-se que os pais buscam uma vida melhor para os seus filhos.

A família é uma relação ambígua, ao mesmo tempo que a família é sinônimo de proteção também é de desproteção. A família por estar perto demais das crianças e dos adolescentes é a primeira construção dos cuidados e a primeira a feri-los.

#### **4.4 Um olhar para o SIPIA**

Outra forma de aproximação com o universo de demandas endereçadas ao Conselho Tutelar é através do SIPIA - O Sistema de Informações para Infância e Adolescência, instrumento de apoio à gestão em direitos da criança e do adolescente, que facilita a aplicação da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) em âmbito local, regional e

nacional. Seu objetivo é fortalecer as ações do Sistema de Garantia de Direitos e qualificar a elaboração, a execução, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de direitos humanos de crianças e adolescentes. Embora o Rio de Janeiro não esteja compreendido nas estatísticas do SIPIA por falta de prioridade política, o registro destas informações é precioso.

O SIPIA serve como um registro das estatísticas sobre as violações dos direitos das crianças e adolescentes. As estatísticas aqui apresentadas são do período de 2009 até o início de Janeiro de 2015 sobre todo o território brasileiro. As tabelas apresentadas são com bases na faixa etária, no sexo e na cor das crianças e adolescentes. Fica implícita a relação dos cuidados maternos e paternos, das famílias protegidas e desprotegidas.

As tabelas se baseiam sobre as transgressões e violações de direitos, entre os quais: direitos fundamentais à vida e à saúde "A criança e o adolescente tem direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência" (Art 7º do ECA).

O Estatuto afirma que as crianças e os adolescentes são pessoas em processo de desenvolvimento, consideradas como sujeitos com direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição Federal (Art. 15). O direito à liberdade é uma das formas expressivas dos direitos fundamentais da pessoa humana. Fundamenta-se na liberdade de brincar, praticar esportes e divertir-se; na liberdade de participar da vida familiar e comunitária sem discriminação; na liberdade de participar da vida política na forma da Lei e de buscar auxílio,

refúgio e orientação (Art. 16, inciso I). É claro que crianças e adolescentes tem, de alguma forma, esses direitos ressaltados por sua condição específica e prevista na Lei. O direito à liberdade volta-se contra pais ou responsável que imponham à criança ou ao adolescente um constrangimento abusivo que possa ser caracterizado como uma situação cruel, opressiva ou violenta.

O direito ao respeito fundamenta-se no direito à inviolabilidade da integridade física da criança e do adolescente; no direito à integridade psíquica e moral; e na preservação da identidade pessoal (Artigos 16, 17 e 18). É a prerrogativa da criança e do adolescente de ter respeitado seu desenvolvimento físico, asseguradas as condições de saúde e alimentação e garantido o direito à intimidade, à honra, ao segredo e à identidade pessoal e familiar. O direito à dignidade fundamenta-se nos princípios de igualdade e de acesso às condições de cidadania, sendo dever de todos zelar pelas crianças e adolescentes e coloca-los “a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, vexatório ou constrangedor”. Assim, esta função é extensiva a todos: família, sociedade e Estado (Artigos 16, 17 e 18 do ECA).

Em relação ao direito à convivência família e comunitária, aos pais cabe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos (Art. 22 do ECA). O direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer implica a garantia de acesso em sentido amplo, assim como o respeito a todas as garantias específicas asseguradas pelo Estatuto. Isso significa que o não cumprimento de quaisquer dos dispositivos referentes à educação, cultura, esporte e lazer equivale a uma violação de direito, e como tal deve ser tratado.

A exploração no trabalho pode ser expressa por ações como tirar proveito de atividades executadas por criança ou adolescente em regime familiar ou utilizá-lo como mão de obra comum na cidade ou no campo, sem que sejam respeitados os direitos trabalhistas e previdenciários assegurados por Lei. Trata-se de situações em que a criança e o adolescente, pessoa em processo peculiar de desenvolvimento, esteja submetido a condições que acarretem prejuízos ao seu desenvolvimento físico e psíquico (Art. 67, incisos I, II, III do ECA).

As tabelas 1, 2 e 3 se baseiam nas violações e negligências dos direitos supracitados, em que as famílias, por terem a proximidade com os cuidados infanto-juvenil, tem a facilidade de comete-los sem levantar grandes suspeitas.

A estatística se baseia na composição familiar composta por: pai, mãe, tios (as), irmãos, avós, e outros. As tabelas apresentam, respectivamente, as violações segundo o agente violador em que se analisa a faixa etária dos jovens, constituído pelo ECA (1990) crianças (0 a 11anos) e adolescente (12 a 17anos); o sexo e a etnia/cor das crianças e dos adolescentes.

A tabela 1 se baseia em dados sobre os principais agentes violadores de crianças e adolescentes. De acordo com o ECA a faixa etária é de criança de 0 (zero) a 11 (onze) de idade, adolescentes a partir dos 12 (doze) a 17 (dezessete) anos.

Tabela 1: Violações de crianças e adolescentes, segundo o agente violador:

Agente Violador	Violações	Criança (0 a 11)	Adolescente (12 a 17)
<b>Mãe</b>	98088	45754	33871
<b>Pai</b>	60742	27584	20997
<b>Padrasto</b>	6908	2774	2877
<b>Responsável</b>	5924	1887	2228
<b>Avós</b>	5060	2673	1655
<b>Tio/Tia</b>	3242	1430	1200
<b>Irmãos</b>	2244	602	995
<b>Madrasta</b>	1333	579	529

Fonte: SIPIA, acesso em 15/01/2015

Analisa-se que as figuras maternas e paternas são respectivamente as mais recorrentes no sentido de violarem os direitos dos jovens. Observa-se também que as crianças têm os direitos mais violados do que os adolescentes. Há uma alternância em que os agentes violadores como padrasto, responsáveis e irmãos são os principais causadores dos direitos violados dos adolescentes.

A família é um espaço de convivência e permanente conflito. Esta proximidade favorece a proteção, bem como a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Os dados indicam que em termos de desproteção familiar, a mãe é a principal transgressora.

A tabela a seguir se baseia nos sexos das crianças e adolescentes.

Tabela 2: Violações de crianças e adolescentes, por sexo, segundo o agente violador:

Agente violador	Violações	Masculino	Feminino	Não Informado
<b>Mãe</b>	98052	49565	48254	233
<b>Pai</b>	60696	31405	29171	120
<b>Responsável</b>	5924	2910	3002	12
<b>Padrasto</b>	6908	2583	4319	6
<b>Avós</b>	5055	2426	2625	4
<b>Tio/Tia</b>	3240	1280	1957	3
<b>Irmãos</b>	2244	930	1350	9
<b>Madrasta</b>	1333	651	681	1

Fonte: SIPIA, acesso em 15/01/2015

Os meninos são os principais vítimas sobre a violação de direitos, tanto por parte da desproteção materna quanto paterna, tendo em lugar um outro violador que é padrasto e, assim, respectivamente, tios(as) e irmãos como uns principais violadores de direitos das vítimas do sexo feminino, tendo uma questão de gênero alterado. A questão de gênero se altera de acordo com o responsável dos cuidados infanto-juvenil.

A terceira tabela é com base na cor/etnia das crianças e dos adolescentes, em que se analisa as mais diversas violações infanto-juvenil.

Tabela 3: Violações de crianças e adolescentes, por cor/etnia, segundo o agente violador:

<b>Agente Violador</b>	<b>Violações</b>	<b>Amarela</b>	<b>Branca</b>	<b>Parda</b>	<b>Negra</b>	<b>Indígena</b>	<b>Não Informado</b>
<b>Mãe</b>	98088	2344	62242	27510	5416	421	155
<b>Pai</b>	60742	1438	38566	17117	3314	255	52
<b>Padrasto</b>	6908	127	4408	1916	414	42	1
<b>Responsável</b>	5924	158	3783	1523	413	40	7
<b>Avós</b>	5060	105	3215	1404	318	18	0
<b>Tio/Tia</b>	3242	75	1941	962	246	18	0
<b>Irmãos</b>	2244	52	1365	664	150	13	0
<b>Madrasta</b>	1333	24	880	342	84	3	0

Fonte: SIPIA, acesso em 15/01/2015

A partir dos dados apresentados nota-se que as crianças e adolescentes brancas tem os seus direitos violados mais que qualquer outra, em que a violação do direito não se manifesta como propriamente uma questão da cor negra. Vale, contudo, ressaltar que o contingente negro da sociedade brasileiro é numericamente inferior ao branco.

#### 4.5 O olhar dos Conselheiros sobre a família

A partir desta vivência no campo de estágio, foi possível recolher impressões, olhares e propostas a partir de abordagens feitas aos Conselheiros Tutelares de um dado equipamento.<sup>1</sup>

A primeira pergunta endereçada se referia à estrutura familiar. Compreende-se que há vários padrões de família, no Conselho Tutelar qual o conceito de família adotado?

Conselheiro 01

*“Dizer qual o modelo específico do CT seria muito pretensioso, porém em sua grande maioria a família que chega adentra o CT, uma família com poucos recursos financeiros, talvez se for buscar por um padrão, a que mais se aproxima é essa família com situação financeira não tão boa, porém o aspecto que essa família chega ao CT através de uma criança desse núcleo familiar que teve os seus direitos ameaçados ou violados.”*

Conselheiro 02

*“As famílias que mais aparecem no Conselho Tutelar, são muitas vezes conflito familiar, o adolescente que já saiu do controle da mãe que vê o CT como último recurso para estar auxiliando nessa situação, geralmente a maioria desses atendimentos são dessas formas.”*

---

<sup>1</sup> As informações aqui apresentadas serão destituídas de nome, no sentido de preservar a identidade dos informantes. Embora todos os informantes tenham concordado em participar desta consulta, manifestando sua aprovação por escrito.

#### Conselheiro 03 e 04

*“Pai, mãe ou representante legal, mas a demanda que tem no Conselho no padrão de família é de uma demanda de que a mãe ela é aquela dá o sustento, que vai cuidar da criança. A mãe solteira, a única responsável pela casa. Que tem vários filhos com vários pais diferentes. (Sic sem preconceito).”*

#### Conselheiro 05

*“É difícil de falar em conceito de família, o que nos temos no atendimento aqui na maioria do atendimento 90% dos casos do CT são de pais separados, esse é o que nos temos de “padrão”, sem uma estrutura familiar, sem uma referência de um pai ou de mãe, geralmente o pai é separado, onde gera o conflito familiar e do conflito familiar envolve a criança e que venha virar caso de Conselho: por uma questão de guarda, uma questão de conflito, até mesmo a negligência de uma das partes.*

*Quando estar separado entende-se que a pessoa que não esta com a criança, não tem responsabilidade, tendo um distanciamento de uma das partes para os cuidados de alguma forma atrapalha na criação da criança, podendo ter a interferência de um amiguinho, da comunidade (geralmente falo comunidade pois a maioria dos casos aqui do CT são da comunidade), convívio social, da localidade onde estuda. Essa referência se não for acompanhada pela mãe ou a pessoa responsável que esteja com a criança, tende a interferir no comportamento desta criança, pois ela tira aquela pessoa com quem ela convive como referência. Geralmente com quem ela convive nem sempre é o pai ou a mãe, porque quando a criança só tem a mãe e o pai não está presente, a mãe geralmente esta trabalhando e ela não convive muito com essa criança, essa criança tem a convivência bem maior na*



*comunidade e na escola do que propriamente com os pais, fica assim, aquela referência dos pais e isso não sendo acompanhado de perto pode não ser a melhor referência. A criança e o adolescente reproduz quando na infância teve esse abandono intelectual, não porque a mãe tenha sido negligente, geralmente ela tende trabalhar para manter o sustento da casa. Como disse 90% dos casos são conflitos familiares que de alguma forma influência na vida das crianças.”*

No Conselho Tutelar não há um padrão de família estabelecido, pois lida com a diversidade e a inclusão das famílias que demandam proteção. O que se estabelece como padrão é a insuficiência das condições socioeconômicas e a demanda por serviços sociais.

A segunda pergunta correlaciona as intervenções e de como as demandas surgem no Conselho. A pergunta endereçada é a partir de que momento são realizadas as intervenções nas famílias das crianças e adolescente pelo Conselho Tutelar?

Conselheiro 01

*“As pessoas tendem a achar que Conselho Tutelar foi criado exatamente para servir de “polícia das famílias”, mas na verdade não é esse o papel social. O Conselho é para garantir o direito daquela criança que foi violado ou emagado, e também muitas vezes tentar resgatar os laços familiares que por algum momento foram rompidos, através dessas intervenções o CT acaba lidando muito com as questões familiares.”*

## Conselheiro 02

*“Assim que a família chega ao Conselho, muitas vezes por demandas espontâneas (as demandas espontâneas são as que mais aparecem), logo é aberto um procedimento para que o Conselho possa atender e registrar aquela família. Existe notificação que o Conselho recebe diariamente pelo disque 100 que acaba gerando uma denúncia que o Conselho vá averiguar e certamente fica a essa família a comparecer no Conselho para que possa fazer o atendimento.”*

## Conselheiro 03 e 04

*“Quando há violação de direitos, esses casos chegam ao Conselho como demandas espontâneas, denúncias – disque 100, notificação do Hospital, notificação da Escola, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Específica de Assistência Social), órgãos de sistema de garantias de direitos, também pela população.”*

## Conselheiro 05

*“A partir do momento em que o Conselho é acionado, começa a trabalhar em cima de provocações, o CT tende ser provocado, porque o CT não faz investigação, não vai às ruas pegar as crianças, não vai à comunidade, não entra nas casas para pegar as crianças, então tende ter uma provocação, isso é obrigação da Saúde, da Assistência, da Sociedade em geral, percebendo que a criança está tendo o teu*

*direito violado tem que comunicar ao CT. Todo órgão, todo cidadão que perceber que o direito da criança está sendo violado e tem por obrigação comunicar. Qualquer cidadão tem a obrigação de comunicar ao CT através do disque 100 ou pessoalmente, comunica ao Conselho para que os Conselheiros possam tomar providência. “*

Os Conselheiros foram consistentes em suas respostas, assim como em suas ações em função das demandas apresentadas. O CT não procura por violações ou ameaças de direitos que o público infanto-juvenil sofre, essas demandas são apresentadas de diversas formas. As demandas são apresentadas em sua maior parte pela demanda espontânea e disque 100, com denúncias anônimas. Os Conselheiros buscam averiguar se as denúncias procedem ou não, também o encaminhamento por Escolas, Hospitais, entre outras Instituições.

O que demanda atenção é o fato de a sociedade acionar o CT em última instância para a proteção de crianças e adolescentes. Nestes casos, os processos de violação já estão instalados, o que tornam as ações mais trabalhosas em termos de sua reversão.

A terceira pergunta obteve resposta unânime dos cinco entrevistados, embora três se justificaram. A pergunta em questão é que as crianças e adolescentes herdaram características comportamentais de seus pais?' “Sim”

#### Conselheiro 01

*“Vejo e analiso, percebi que não há um padrão nos casos que aparecem no CT, mas nos somos frutos do nosso meio, por exemplo uma criança, que viva no ciclo de violência, certamente essa criança estará reproduzindo aquela violência de uma maneira ou de outro, dificilmente essa criança não irá reproduzir.”*

#### Conselheiro 02

*“É aquele ditado a educação teria que vir de casa, muitas vezes as crianças e adolescentes são reflexos dos familiares.”*

#### Conselheiro 03

*“A criança é uma folha em branco que os pais que vão escrevendo nessa folhinha, na cabeça dela na sua formação de caráter, a parti dos 10 ou 12 anos de idade eles vão reproduzir o que escreveram nessa folha em branco, na cabecinha dela, então se você não der limites, isso é em todas as classes sociais, se achar que tudo é fácil de mais e der de tudo à criança , se você não se importa, se resolve tudo na violência, acha que tudo é resolvido com algum tipo de violência, o que se coloca para esta criança e esse convívio familiar é o que ela vai reproduzir.”*

Todos afirmam positivamente que a família é a principal violadora, implicando os responsáveis das crianças e adolescentes. Um dos Conselheiros se contradiz no diz sobre a relação social e familiar, quando afirma que são os meios que interferem nas características comportamentais. Este meio não

significa propriamente a família, e sim o convívio social e as condições socioeconômica. Todos os conselheiros, afirmam que a maior parte dos usuários se apresentam no CT são oriundos de famílias pobres.

Na última pergunta foram questionadas as limitações e ampliações das ações do CT em relação a criança e adolescente e seus familiares. A intervenção que o Conselheiro realiza se restringe às crianças e adolescente ou abrangem aos familiares? Como as intervenções são realizadas nas famílias?

Conselheiro 01

*“No Estatuto da Criança e do Adolescente prevê isso, que o CT aplica as medidas cabíveis para crianças e adolescentes, entretanto para os seus familiares. Em relação as crianças essas medidas previstas são o Artigo 101 do ECA, e em relação aos pais o Estatuto 109. O próprio estatuto prevê o CT deve aplicar a medida não só para as crianças também para os seus familiares.”*

Conselheiro 02

*“O atendimento do Conselho é sempre focado à família, se você trata a família, você acaba lidando a situação como um todo, a família e o adolescente. Muitas vezes, em caso de disque (100) denúncia, o Conselheiro faz visitas domiciliares e continua o atendimento dentro do próprio Conselho ou um ou vários atendimentos depende da demanda o acompanhamento é ate quando não se precisa mais do Conselho.”*

*“Abrange aos familiares. Entendo que a criança e o adolescente como diz o ECA é pessoa em desenvolvimento, se ela é uma pessoa em desenvolvimento ela tem que ter a orientação do representante legal ou dos responsáveis: pai e mãe, então temos que trabalhar isso neles. Existem deveres para as crianças e adolescentes, existem! Mas há a necessidade do pai e da mãe terem a responsabilidade que existem no ECA e que eles cumpram.*

*Monitorar a autonomia que os pais dão a seus filhos entre 7 ou 8 anos de idade, de irem para a escolas sozinhos, de ficarem em casa sozinhos, de cuidarem de outros irmãos, isto num conceito de família tradicional (pai e mãe) que estamos lidando. Todavia, a maior demanda apresentada no CT é de mães solteiras que precisam trabalhar, muitas delas, nem todas, deixam as crianças sendo criadas por si só. E crianças e adolescentes é comum quererem se desviarem para outro lado.*

*Justamente para esse novo perfil de família, as mães solteiras acabam deixando os seus filhos sozinhos dentro de casa, não tendo o monitoramento, então as crianças e adolescentes fazem o que querem, vão à escola quando querem, ficam soltas nas comunidades e muitas das vezes acabam entrando para o tráfico de drogas, entre outras coisas que atraem que não seja o caminho da escola o “caminho direito.*

*Hoje a gente tenta trabalhar muito a conscientização com as famílias que as crianças precisam sim serem vigiadas, de que não pode ter essa autonomia antes dos seus 18 anos.*

*As intervenções são realizadas através de encaminhamentos e as vezes, os encaminhamentos podem ser para as redes de Saúde, para a rede de Ensino, para a questão de tratamento de drogas e eles são realizados através de um encaminhamento do Conselho, quando as famílias não aderem este*

*tipo de tratamento, o Conselho entra com a representação.”*

#### Conselheiro 05

*“Abrange as famílias, você não tem por tratar uma criança se a família esta “doente”, você tem que ter uma promoção família, envolvendo outros órgãos, porque muitas vezes isso passa por uma questão habitacional , uma questão de saúde, uma questão de assistência, não é só você pegar o adolescente e colocá-lo no abrigo e depois você trabalhar essa aproximação e ele voltar para o mesmo ambiente doente, essa família tem de ser trabalhada, tratada para esse ambiente familiar se propicio, esse ambiente familiar, ser verdadeiramente ajudar essa criança, ajudando essa criança a gente consegue ajudar essa família.*

*Essa intervenção familiar se faz através da rede proteção tanto da criança quanto da família, a rede de acompanhamento e assistência, tem que envolver a Secretaria de Assistência, quanto do Estado, quanto do Município, envolver a Secretaria de Habitação, outros órgãos de proteção o qual se identifica mais com a situação que a família se encontra, precisando naquele momento, daí consegue ter uma intervenção na família atingindo e ajudando essa criança.”*

As respostas apresentadas pelos Conselheiros se contradizem na terceira questão em que a família é a principal culpabilizadora e transgressora das características comportamentais, na medida em que a família se encontra em um momento de fragilidade. As intervenções são trabalhadas como uma sócio reeducação familiar, balizando relações intersetoriais. O Conselho é uma Instituição que é vista como ultima instância tanto pelos usuários quanto pela

sociedade, também serve como uma relação de entrelaçamento com as demais redes de proteção à família e crianças e adolescentes.

Os Conselheiros, no decorrer da entrevista, se encontravam contraditórios em suas próprias palavras, em que a família é a principal responsável pelas condições que se encontram, mesmo sabendo que o ambiente familiar se encontra “doentio”.

No entrelaçamento de dados com a pesquisa qualitativa e a quantitativa do SIPIA, percebe-se que mães solteiras são as que mais comparecem às demandas do Conselho Tutelar. São consideradas as principais violadoras dos direitos infanto-juvenil. Esta predominância nos aponta para uma análise sobre as condições socioeconômicas que, muitas vezes, impulsionam essas mães a não participarem frequentemente dos cuidados, tendo que se ausentarem para que possam garantir o sustento de suas famílias. Tal análise se contrapõe aquele que, apressadamente, as condenam pela desproteção.



## 5 Considerações Finais

Em consideração ao que foi observado, nota-se que a família e os cuidados infanto-juvenis são bem mais complexos do que aparentam, quando se analisa a família num contexto de individualidade e coletividade. As visões em torno das famílias consideradas desestruturadas que se apresentam ao CT encontram sua justificativa no fato de os familiares serem os principais responsáveis por esta condição.

O Conselho Tutelar permite que qualquer membro da sociedade se candidate a Conselheiro, sem que haja uma capacitação para que possa lidar com situações complexas como as que se relacionam com a família. Consideramos que intervir, com base no senso comum, pode se tornar nocivo, atuar no imediatismo não põe fim às circunstâncias de risco. Lidar com as expressões da ‘Questão Social’ e enfrenta-las com consistência e planos de trabalho integrados é uma estratégia mais sólida, porém ainda incipiente no trabalho com famílias violadoras de direitos.

A compreensão das relações sociais historicamente constituídas favorece a análise do presente. Observar que a expressão popular “o fruto não cai muito longe da árvore” se associa com o termo “herança maldita” em que os filhos herdam as características do fracasso de seus pais, constitui um padrão histórico, ainda presente de criminalização da pobreza e de seus costumes.

Para que possa entender a concepção da hereditariedade do fracasso, das características da “herança maldita” (*“tara malfazeja”*) atualmente, é

necessário se distanciar e analisar o conceito hegemônico das famílias, desde a instauração do projeto republicano no início do século XX. Com base neste projeto, as famílias pobres eram responsabilizadas não só em decorrência da ausência de bens materiais como também das ações saneadoras e moralizadoras, em que agentes higienizadores eram levados a acreditar que a herança do fracasso se restringia às famílias pobres.

A força da palavra e da Lei, como os Códigos do Menor, que restringia e depreciava a imagem de uma criança e adolescente, despossuídos de bens materiais e simbólicos, lidava com os cuidados infanto-juvenis restringindo-os de acordo com a classe social e etnia dos jovens, dos rostos mestiços. O termo “menor” se restringia a essas crianças e o espaço que lhe eram propícios se situava aos redores, das ruas e casas para “menores”, “pivetes” desregrados.

Observando os entraves e avanços obtidos através do ECA e de Instituições protetoras como o Conselho Tutelar, considera-se que ainda há resquícios da cultura que vigia na Doutrina da Situação Irregular, em que a pobreza era reconhecida como risco e condição adversa à proteção.

Este tema requer atualização permanente não só por parte dos estudos e pesquisas, mas sobretudo em termos da capacitação dos atores envolvidos na proteção de crianças, adolescentes e familiares. A chama “Herança Maldita” deve ser sempre revisitada criticamente para que seus propagadores possam ser confrontados teórica e politicamente. Este estudo procurou contribuir para este debate, incentivando novos estudos e práticas comprometidos com a ampliação da cidadania infanto-juvenil no Brasil.

## 6 Bibliografia

CARLOTO, Cassia e MARIANO, Silva. A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social. Pelotas, RS : Editora Sociedade em Debate, 2008.

FERREIRA, Lúcia ; TAVARES, M<sup>a</sup> Nazaré ; GENTLE, Ivanilda. *O ECA na Escolas: Experiências Universitárias*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p 177- 190.

FONSECA, Cláudia. *Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica*. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2005. p. 50-59.

FRIZZO, Kátia. *Conselhos Tutelares: O Conselho Tutelar como instituição comunitária*; RS : Editora Psicologia PUCRS, 2004.

MIOTO, Regina. *Trabalho Social com Famílias : Considerações sobre o trabalho social com famílias: proposta para discussão*, 2014.

Núcleo Básico Brasil SIPIA : *Os Direitos Fundamentais e suas Violações*, 2015.

PEREIRA, Almir. *Impasses da Cidadania*. Rio de Janeiro: Editora Base, 1992.p 13 – 33.

PIRES, Sérgio e BRANCO, Ângela. *Protagonismo infantil: co-construindo significados em meio às práticas sociais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

REZENDE, Ilma e CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (org). *Serviço Social e Políticas Sociais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p.101 – 120.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

SARTI, Cynthia. *A Família como Ordem Simbólica*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2004. p.11-28.

SIGNORINI, Hebe e GARCIA, Joana. *Juventude e sistema de direitos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SOUZA, Rodrigo; DURIGUETTO, Lúcia e BATISTA, Luciana. *Conselhos Tutelares: desafios teóricos e práticos da garantia de direitos da crianças e adolescentes*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF 2011.